

O ENFOQUE REGIONAL NA SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO¹

Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa²

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sucinta do processo de sistematização e estruturação do conhecimento geográfico, evidenciando o destaque dado à abordagem regional. É dada ênfase às principais correntes do pensamento geográfico e suas concepções acerca da “região”, concebida, quase sempre, como o eixo unificador da dicotomia físico – humano, do geral – particular e das diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Palavras-chave: Pensamento geográfico, sistematização do conhecimento geográfico, região.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis sucinto del proceso de sistematización y estructuración del conocimiento geográfico, poniendo el acento en el abordaje regional. Son enfatizadas las principales corrientes del pensamiento geográfico y sus concepciones en torno de la categoría “región”, la cual, casi siempre, es concebida como eje de unificación de la dicotomía entre Geografía física y humana; entre lo general y lo particular y de las diferentes perspectivas teóricas y metodológicas.

Palabras claves: Pensamiento geográfico, sistematización del conocimiento geográfico, región.

Introdução

Durante o século XIX, a Europa e o ocidente em geral passaram por inúmeras transformações vinculadas ao fortalecimento do capitalismo emergente, ao desenvolvimento industrial e ao processo de expansão territorial. Nesse contexto, em que uma nova ordem econômica e espacial se impunha como condição para a constituição das sociedades hegemônicas, a Geografia surgiu, de forma sistematizada, como ciência capaz de subsidiar os novos anseios da sociedade.

A Alemanha, até então constituída por um conjunto de estados autônomos, como ducados, reinos e principados, rompeu o século XIX ainda presa a estruturas feudais e vivenciando um regime de capitalismo agrário permeado de relações sociais típicas da servidão feudal. Moraes (1981, p.44) afirma que *a especificidade da situação histórica da Alemanha, no início do século XIX, época em que se dá a eclosão da Geografia, está no caráter tardio da penetração das relações capitalistas neste país*. Todo esse arcabouço estrutural conferiu à Alemanha uma situação de desvantagem na Europa frente aos Estados Nacionais unificados, que se encontravam organizados em torno de um governo central de economia capitalista e que usufruíam de relações comerciais ultramarinas, muitos, inclusive, com suas economias alicerçadas na exploração de riquezas das colônias em outros continentes.

No meio desse cenário, a unidade nacional configurava-se para a Alemanha como necessidade básica e condição imprescindível para impor-se sobre os impérios capitalistas que emergiam e se sedimentavam na Europa, bem como sobre os planos expansionistas franceses.

Nesse contexto, a Geografia era vista como um corpo de conhecimentos científicos com condições de subsidiar as atividades de exploração de novas áreas, podendo descrever e sintetizar em mapas diferentes regiões, cidades e povoados; descrever os povos com seus hábitos e valores e, assim, facilitar o comércio, as conquistas expansionistas e até mesmo as guerras.

¹ Análise apoiada em parte da tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP- FFLCH, Departamento de Geografia, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Elena Simielli.

² Professora Doutora do Departamento de Geografia, ICHS/UFMT.

Para os líderes e estrategistas alemães, particularmente os prussianos, a Geografia representava o elemento que tornaria viável a unidade nacional, já que poderia fornecer o referencial teórico científico de caráter espacial que apontasse, com base científica, a articulação natural e cultural existente entre os diferentes estados alemães, os quais, até aquele momento, se encontravam politicamente desassociados.

Humboldt e Ritter

As circunstâncias vividas pela Alemanha permitiram que as idéias dos cientistas Alexandre Von Humboldt, (1769 –1859) e Carl Ritter, (1779 - 1859), formuladas no período de 1800 a 1840, ganharam destaque especial, vindo a referenciar a sistematização do conhecimento geográfico produzido a partir de então e, conseqüentemente, propiciando a base científica para a formação do Estado alemão.

A rigor, as idéias defendidas pelos alemães Humboldt e Ritter não fizeram diretamente, referências ao processo de unificação germânica, mas foram decisivas para a legitimação do processo, ao apresentarem métodos de esquematização e correlação das características dos lugares à luz do conhecimento científico, indo, dessa forma, ao encontro da busca alemã por subsídios naturais e culturais que justificassem a submissão das várias unidades confederadas a um governo central, formando um estado único.

Independentemente da unificação alemã, a obra de Humboldt destacou-se, sobretudo, por apresentar formas de sistematização e comparação das características físicas biológicas regionais, bem como métodos de mensuração dos fatos observados. Assim, com base nos métodos de observação, mensuração, classificação e comparação dos dados, Humboldt acrescentou às descrições regionais de seus antecessores, de cunho meramente qualitativo, a abordagem quantitativa e a sistematização das informações, o que era uma influência direta de sua formação naturalista e de seus conhecimentos de biólogo, em que os organismos são classificados de acordo com a hierarquia de características.

Nessa perspectiva, foi mérito de Humboldt a elaboração do primeiro mapa de isoterma, assim como a introdução na linguagem científica do conceito relacionado às *faixas longitudinais*, antes referidas simplesmente como terras quentes, temperadas, frias e geladas. Cada uma dessas categorias foi então limitada por determinados parâmetros, fugindo à tradicional descrição meramente qualitativa e subjetiva.

Humboldt foi também pioneiro no campo da biogeografia, tendo realizado viagens para estudar a flora e a fauna de alguns países da Europa, da Ásia Central e das Américas, tendo, nessas ocasiões, catalogado inúmeras espécies vegetais e animais e levantado e coletado materiais de pesquisa, com os quais trabalhou por toda a vida.

Uma característica de suma importância na obra de Humboldt foi a constância do enfoque sobre o meio físico e biológico, manifestado pelo interesse na caracterização da biodiversidade, descrição das paisagens e na busca da unidade ou constância dos fenômenos frente à sua aparente diversidade, o que permitiu agregá-las em categorias e delimitar zonas de ocorrência. Nesta perspectiva, Gomes (1997, p.18) escreveu sobre a contribuição de Humboldt:

Ele também se referia à necessidade de procurar a conexão entre os fenômenos como uma preocupação metodológica maior, necessária ao conhecimento da "física do mundo". Aí estaria, pois, a semente de um conhecimento propriamente geográfico, na conexão entre os fenômenos; aí estava, pois, a pedra angular da disciplina científica que deveria passar a ser ensinada nas instituições acadêmicas.

Com Ritter, que tinha formação em Filosofia e História, foram delineados os fundamentos metodológicos da análise regional, concebidos a partir da análise, comparação e identificação das relações e dos arranjos, entre os diferentes objetos ou categorias presentes em uma dada área. Foi Ritter quem propôs a primeira divisão continental com base na estrutura morfológica e climática, sobre as quais eram realizados estudos detalhados para caracterização regional.

Para Ritter, a terra representaria uma totalidade, como um ser orgânico, e as regiões, com suas particularidades, formariam as individualidades articuladas com o todo, cabendo ao pesquisador

proceder à análise de cada parte, bem como a comparação entre essas partes e, assim, identificar a totalidade formada por elas. Uma outra preocupação de Ritter foi estabelecer a relação entre natureza e atividade humana. Para esse autor, havia uma relação recíproca entre a terra e seus habitantes, envolvendo o estudo das regiões e a análise dessas relações.

Embora Humboldt e Ritter tenham utilizado métodos opostos para a explicação geográfica, Humboldt partiu da particularidade das paisagens para delimitar unidades maiores, enquanto Ritter partiu da grande região para a delimitação de áreas menores; inegavelmente, a contribuição metodológica de ambos alicerçou a ciência geográfica moderna.

Apesar de as idéias de Humboldt e Ritter não terem repercutido imediatamente sobre o pensamento geográfico, foi a partir das proposições apresentadas por ambos que a Geografia, na Alemanha, foi incorporada ao currículo escolar, inclusive universitário. Essa medida consistiu, basicamente, em estratégia de afirmação da nacionalidade alemã.

Após a morte de ambos em 1859, embora num ritmo mais lento, o processo de sistematização da Geografia teve continuidade, porém, com característica mais aplicada e menos teórica e com enfoque nas subáreas ou especializações do conhecimento. Assim, foi dada ênfase aos estudos de geomorfologia, climatologia, biogeografia, população e outros. Nesta perspectiva, os estudos regionais foram intensificados e continuaram a subsidiar cientificamente o processo de unificação alemã.

Ratzel

Os interesses localizados e regionais, em detrimento dos interesses nacionais, persistiram na Alemanha mesmo após sua unificação em 1871, o que se constituiu em campo fecundo para a continuidade do processo de sistematização da Geografia, respaldando a busca alemã de crescimento econômico e expansão territorial. Nesse processo, destacaram-se as idéias de Friedrich Ratzel, que buscou estruturar, sob o prisma naturalista e empirista, uma Geografia social, a geografia do homem, cuja base, eminentemente política, se revestiu de um discurso cientificista, em que o expansionismo foi abordado como temática universal e inerente à história dos povos.

O discurso de Ratzel caracterizou-se pela ênfase dada à importância da natureza como recurso e meio de sobrevivência para a sociedade. De acordo com suas idéias, o meio era condição para o êxito da sociedade, sendo impossível concebê-la sem a natureza em seu entorno. Estava delineada a idéia de espaço vital.

As relações da sociedade com a natureza constituíram o eixo do pensamento de Ratzel, que definiu como objeto da Geografia, de acordo com Morais (1981, p.55), o "*estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade*". A principal obra de Ratzel, "*Antropogeografia – Fundamentos da Aplicação da Geografia à História*", publicado em 1882, é uma síntese de suas idéias, que apoiaram e conferiram legitimidade científica aos ideais imperialistas alemães, ao mesmo tempo em que fundamentou as bases da Geografia Humana.

Nessa obra, *Antropogeografia*, Ratzel exalta o território e seus recursos, colocando-os como vital para a estruturação do Estado e equilíbrio da sociedade. A natureza, de acordo com o pensamento de Ratzel, limitaria ou não as possibilidades de expansão e desenvolvimento de um povo. Dominar e explorar um território era portanto condição essencial para a supremacia da sociedade. Para Corrêa (2000, p.18),

Ratzel desenvolve assim dois conceitos fundamentais em sua Antropogeografia. Trata-se do conceito de território e de espaço vital, ambos com fortes raízes na ecologia. O primeiro vincula-se à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais.

Posteriormente, as teorias de Ratzel foram exageradas, radicalizadas e, muitas vezes, deturpadas por seus seguidores, vindo a estruturar as correntes geográficas denominadas deterministas, a

geopolítica e, mais recentemente, algumas posturas de estudos ambientais, sem que nenhuma delas, no entanto, refletisse com exatidão o pensamento de Ratzel.

No determinismo geográfico, as idéias do autor foram empobrecidas e suas formulações originais, com relação às influências do meio físico e biológico sobre a sociedade, foram radicalizadas. A geopolítica também foi desvirtuada das proposições originais de Ratzel. Na realidade, este autor, desenvolveu suas idéias sobre essa temática sob a perspectiva de ideólogo do processo expansionista, em que procurou fundamentar suas teorias na natureza humana e suas relações com o espaço. Diferentemente, muitos dos seguidores dessa corrente procuraram desenvolver teorias e técnicas que viabilizassem efetivamente o imperialismo.

Com relação à corrente ambientalista, de preocupação físico e biogeográfica, esta também veio a constituir-se em modificação do pensamento de Ratzel, guardando, no entanto, relação com a sua preocupação inicial no que tange ao convívio do homem e seu entorno. É importante observar que em Ratzel não se encontram referências ou descrições sobre o meio, mas sim, considerações relativas à relação “homem-meio”.

Vidal de la Blache

As relações conflituosas entre os governos da França e da Prússia, na segunda metade do século XIX, despertaram um forte sentimento de rivalidade entre ambos, cujos reflexos se fizeram sentir diretamente sobre a produção científica dos dois Estados. Ressalta-se que os conflitos da segunda metade do século XIX entre França e Prússia atingiram seu ápice com a guerra Franco-Prussiana em 1870, na qual a França perdeu para a Prússia os territórios de Alsácia e Lorena, onde se localizavam as principais reservas carboníferas da França, áreas, portanto, de importância vital para a industrialização do país.

Nesse contexto, destacaram-se as idéias de Vidal de La Blache, geógrafo francês, que veio a formular a vertente designada, posteriormente, de possibilismo geográfico, que foi concebida como oposição às idéias de Ratzel e, mais do que isto, como uma forma de crítica e oposição ao expansionismo germânico.

O momento social e político vivido pela França, caracterizado pela rivalidade com a Alemanha, descontentamento com a dominação burguesa, lutas internas de classes e a própria estruturação da terceira república, consistiu em campo fértil para a discussão sobre a questão espacial, o que levou a geografia a ganhar destaque, vindo a fazer parte do currículo escolar e, rapidamente, ser reconhecida sua importância com ciência. Assim, em pouco tempo, a França tornou-se um centro internacional de estudos geográficos, tendo como expoente maior Vidal de La Blache.

Na ânsia de se impor cientificamente frente ao império expansionista alemão, a proposição de La Blache foi uma busca constante de contradizer e criticar a proposta de Ratzel, a qual era considerada pelos geógrafos franceses como extremamente engajada nas metas políticas alemãs e reducionista, por minimizar o homem e tentar explicar seu comportamento por métodos naturalistas. Por fim, La Blache e seus colaboradores discordavam do enfoque dado por Ratzel à relação homem-natureza, que consideravam fatalista.

Em toda essa discussão, La Blache fez uso de um discurso revestido de um certo cientificismo apolítico, com o qual procurou mostrar antagonismo às idéias de Ratzel. A realidade no entanto, é que La Blache também procurava uma forma de legitimar, do ponto de vista científico, a proposta de fortalecimento da nacionalidade francesa, no bojo da qual se situava a questão da base territorial, bem como a legitimação do colonialismo em prática na França. Logo, as idéias de La Blache, ao invés de conflitantes com as idéias de Ratzel, apresentavam grande afinidade.

Esta também é a opinião de Lencione (1999, p.103) que fez o seguinte comentário sobre os pontos comuns entre as idéias de Ratzel e La Blache:

Cabe indicar que eles compartilhavam a mesma visão de homem e natureza, como constituintes de uma unidade, não como opostos. Se para Vidal de La Blache, o homem

depende da natureza para sobreviver, utilizando-se da sua engenhosidade para tirar partido das possibilidades que ela oferece, para Ratzel não é muito diferente. Ratzel diz com outras palavras, coisa semelhante. Afirma que o homem depende da natureza para extrair os meios necessários à sua existência.

Segundo Moraes (1981, p.69), a corrente geográfica estruturada por La Blache definiu como objeto da Geografia a “*relação homem-natureza na perspectiva da paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém, que atua sobre este transformando-o*”. A dimensão espacial foi, portanto, um alicerce da teoria de La Blache, o espaço enquanto paisagem, o espaço, cenário da ação do homem, o qual deveria ser estudado e compreendido, em função de suas características físicas, econômicas e sociais. Nascia assim a geografia regional francesa, respaldada na diferenciação de áreas.

Em ambos, Ratzel e La Blache, e, ainda em seus seguidores, o ambiente natural foi colocado como parte integrante do próprio objeto geográfico, no entanto, sempre na condição de recurso a ser explorado, eixo, portanto, de expansão e desenvolvimento econômico das sociedades.

A Escola Francesa de Geografia estruturada por La Blache fez história e influenciou toda Geografia ocidental. O principal referencial metodológico desta corrente foi a abordagem regional, entendida como uma unidade de análise geográfica dotada de características próprias, perfeitamente diferenciada, “*cabendo ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e explicá-las*” (Moraes, 1981, p.75).

Importantes nomes da Geografia contemporânea, que marcaram a produção geográfica da primeira metade do século XX, foram nitidamente influenciados por La Blache e deram seqüência aos estudos regionais dentro dos parâmetros básicos estruturados pela escola francesa, embora muitos tenham feito propostas diferenciadas, tomando a proposição de La Blache apenas como referência metodológica. Dentre os muitos nomes destacaram-se Emmanuel de Dermatonne, Jean Brunhes, Albert Demageon, Pierre Defontaines e outros.

A influência de la Blache

A proliferação dos estudos regionais levou ao desenvolvimento das especializações no campo geográfico, como geografia urbana, econômica, da indústria, da população e outras. Essas análises quase sempre eram precedidas da caracterização física da área estudada, onde não faltavam informações sobre geologia, geomorfologia, climatologia, hidrografia e solos, seguidos de informações sócioeconômicas. Enfim, os trabalhos geográficos seguiam um padrão normativo que caracterizou toda geografia tradicional. De acordo com Gomes (2000, p.56),

A partir de então uma série de monografias regionais são produzidas, seguindo um plano mais ou menos constante. Neste plano se deve começar pela descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas. O objetivo final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular.

O ambiente, na sua forma mais completa, ou seja, o meio físico, a sociedade e suas realizações, estava quase sempre presente nos trabalhos geográficos, no entanto, a natureza continuava sendo vista apenas como recurso de exploração e os homens, particularmente alguns grupos, seus legítimos exploradores.

Dentro do grupo de geógrafos tradicionais cujas obras, apesar dos avanços metodológicos, ainda mantiveram alguma influência de La Blache, destacam-se Max Sorre, Le Lannou e Richard Cholley. A preocupação básica do trabalho de Sorre foi analisar as formas de organização dada pelo homem ao seu meio, desde a mais simples organização rural até os complexos centros urbanos. A continuidade desses estudos levou Sorre a desenvolver o conceito de habitat humano.

Em sua análise, o espaço geográfico deveria ser estudado pela sobreposição dos dados observados e pela identificação das inter-relações estabelecidas. É claro, assim, que muitas das formas atuais de análise ambiental guardam identidade com as premissas metodológicas estabelecida por Sorre, cujos estudos podem ser considerados de Ecologia Humana.

Le Lannou também desenvolveu estudos regionais, aos quais conferiu características eminentemente humanas, voltadas para as formas de ocupação da terra e para organizações sociais vigentes. Cholley buscou a unidade entre a geografia física e a humana, voltando-se para os estudos regionais, através das complexas combinações possíveis de serem observadas nas paisagens. Assim, áreas contínuas, caracterizadas por um mesmo padrão de complexidade, delimitariam uma região.

Hertner e Hartshorne

De características também tradicionais, uma outra corrente que se impôs na Geografia foi estruturada pelo pensamento de Hertner e Hartshorne. Hertner, que nasceu na Alemanha, foi influenciado pelas idéias neokantistas, que questionavam o positivismo de Augusto Comte, que havia embasado o pensamento de Ratzel e Vidal de La Blache.

Para Hertner, o objeto da Geografia era a diferenciação de áreas, as quais seriam oriundas das inter-relações dos fenômenos de cada local, cabendo ao geógrafo o estudo dessas inter-relações. O americano Richard Hartshorne representou o principal elo de propagação e desenvolvimento das idéias de Hertner e se constituiu em referencial da Geografia Americana, não só por ter introduzido o debate teórico-metodológico da Geografia nos Estados Unidos, como também em função de sua contribuição na proposição metodológica de articulação da Geografia Geral com a Geografia Regional.

No final da década de 1930, Hartshorne publicou uma das mais discutidas obras geográficas, *A Natureza da Geografia*, na qual, ainda dentro do pensamento tradicional, buscou definir um método próprio de investigação geográfica. Para Hartshorne, uma ciência não seria definida pelo seu objeto, mas pelo seu método de investigação. Desta maneira a Geografia trabalharia com a complexidade e sua diversidade, analisando as inter-relações existentes, que revelariam a diferenciação de áreas.

Basicamente, a proposta de Hartshorne tomou, como principais referenciais, uma dada área e o conjunto de relações, que permitiriam a integração entre os diversos elementos componentes dessa área. Desta forma, uma área qualquer considerada seria definida a partir da investigação e análise das relações entre seus elementos constituintes. Essa concepção de área se contrapõe à idéia de região até então definida, a qual era entendida como algo objetivo, passível de ser facilmente identificada.

Ainda de acordo com Hartshorne, os estudos geográficos poderiam ser feitos de forma localizada ou de forma generalizada. No primeiro caso, de postura Idiográfica, estariam os estudos que buscassem conhecer profundamente as singularidades de uma área, através das inter-relações exaustivas de diversas variáveis. Isto permitiria a compreensão das especificidades locais. No segundo caso, postura Nomotética, as áreas estudadas seriam genericamente caracterizadas e comparadas entre si, o que permitiria a obtenção do padrão de variáveis consideradas e, conseqüentemente, a identificação de áreas diferenciadas.

As idéias de Hartshorne praticamente fecharam o ciclo da chamada Geografia Tradicional e acrescentaram valiosa contribuição aos estudos regionais, além de terem aberto perspectivas de ampliação da participação da Geografia em trabalhos de diagnósticos e planejamentos de caráter espacial. Gomes, (2000, p.61-62) chama a atenção para o fato de que

É igualmente importante reconhecer que o conceito de região, visto sob esta forma clássica, pôde preservar a unidade fundamental do campo da geografia, instituída sob o formato de discussão da relação homem-meio. No conceito de região ou de sua manifestação, há o pleno encontro do homem, da cultura como ambiente, a natureza; a região é a materialidade desta inter-relação, é também a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta inter-relação se realiza.

A Geografia Pragmática

Nas décadas de 50 e 60, no mundo de pós-guerra, a análise geográfica foi submetida a várias mudanças de caráter metodológico, como forma de adequar-se às novas exigências do mundo, particularmente no campo do planejamento econômico e territorial.

Esse movimento de renovação da Geografia, que também significou um rompimento com a Geografia tradicional, veio propiciar a constituição de um leque de posturas e abordagens diferenciadas, pautadas em dois segmentos básicos: a postura pragmática e a crítica.

A Geografia Pragmática distingue-se da Geografia tradicional por ser menos descritiva e por ter buscado uma base operacional pautada em novas técnicas e em novo aparato metodológico. Diante da nova ordem mundial, de plena expansão do capitalismo, coube à Geografia pragmática dotar-se de meios técnicos e adequar-se metodologicamente para, de forma rápida e precisa, levantar dados, proceder a diagnósticos e fornecer opções de caminhos para programas de desenvolvimento ou, ainda, opções para aplicação e expansão do capital.

Os novos procedimentos de análise geográfica tornaram-se ricos em técnicas quantitativas, índices matemáticos, adoção de computadores, utilização crescente de produtos de sensoriamento remoto, análises sistêmicas e adoção de modelos. Surgiu, a partir daí, a Geografia designada de Quantitativa ou Nova Geografia. Sobre esta concepção, Gomes (2000, p. 63) afirma que

Nesta abordagem, a região é uma classe de área, fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios ou variáveis arbitrários que possuem justificativa no julgamento de sua relevância para uma certa explicação.

Em todas essas abordagens, o ambiente, de conotação físico e biogeográfico, foi enfatizado e considerado no processo de produção e reorganização do espaço, no entanto, seu papel quase sempre foi apenas o de uma importante variável, passível de ser quantificada no processo de desenvolvimento ou, ainda, o de elemento característico da paisagem.

Apenas na abordagem sistêmica, o ambiente físico e biogeográfico teve, em alguns aspectos, uma forma diferenciada de ser analisado, particularmente nas abordagens ecológicas, nas quais a noção de equilíbrio requer uma situação mínima de harmonia, respeito e estabilidade na relação com o homem e seu entorno.

Ainda integrando o segmento da Geografia Pragmática, desenvolveu-se a Geografia da Percepção, voltada para as formas de percepção e reações do homem, com relação aos mais diferentes aspectos de seu meio. De acordo com essa concepção, a partir das formas de percepção e reação detectadas, poderiam ser recomendadas formas de alteração na organização espacial vigente ou, ainda, recomendados programas e ações que pudessem colaborar para a modificação de comportamentos individuais e de grupos.

Inúmeros estudiosos podem ser citados como representantes e mesmo autores, defensores e divulgadores das diferentes concepções da Geografia Pragmática, dentre eles, Mario Bunge, David Harvey, Christaller, Von Thunen, Weber, Dematteis, Brian Berri, Speridião Faissol, Antônio Christofoletti e outros.

A Geografia Crítica

A Geografia Crítica contrapõe-se à Geografia Tradicional e Pragmática, principalmente, em relação à posição assumida frente à organização sócioeconômica constituída. O pensamento geográfico tradicional é extremamente criticado, o qual, de acordo com os autores da Geografia Crítica, é puramente empirista, acrítico e restrito ao caráter estrutural e funcionalista dos fatos.

Integrando a vertente da Geografia Crítica destaca-se a postura marxista ou radical. Alicerçada nas idéias de Marx, a produção da Geografia marxista é marcada pelo caráter ideológico, concentrando suas análises na discussão sobre as relações sociais, como a dominação de classes, as relações estabelecidas no capitalismo e a injustiça social. Em sua concepção, o pensamento geográfico positivista ou neopositivista é, sobretudo, empirista, restringindo suas análises à aparência dos fatos, além de ter se colocado historicamente, a partir de suas posturas de neutralidade, a serviço da expansão do imperialismo e do capital.

Nesta perspectiva, Gregory, citado por Soja, (1997, p.57), afirma que a geografia marxista, *constituiu uma parte vital de uma geografia humana crítica nascente, surgida em resposta ao positivismo cada vez mais presunçoso e teoricamente reducionista da principal corrente geográfica.*

Por outro lado, as correntes de pensamento geográfico, reconhecidas como tradicionais, questionam arduamente a Geografia Crítica, particularmente a radical, afirmando que a mesma carece de objetividade e de uma base operacional que viabilize não só as mudanças propostas como também as formas de adequar as necessidades da população às condições do meio e do mundo de um modo geral. As particularidades pertinentes ao meio físico e biogeográfico, quando referidas no discurso da Geografia Radical, têm sido, quase sempre, para denunciar a destruição ou o mau uso do meio e sempre no bojo da crítica à expansão capitalista.

Considerações Finais

A estruturação do conhecimento geográfico, de sua sistematização aos dias atuais, consistiu em processo complexo, em que métodos e posturas teóricas diversas conduziram e deram coesão a um corpo de conhecimentos que, embora, às vezes se revestisse de contradições, conseguiu se impor e ser valorado frente a outras áreas do conhecimento.

Na atualidade, as dicotomias e a diversidade de caminhos e de procedimentos do fazer geográfico, embora denotem incertezas e indefinições em termos teóricos e metodológicos, também indicam a riqueza do campo do conhecimento geográfico e a necessidade de discussões e aprofundamentos na busca da superação dos impasses conceituais, discussões estas que, como afirma Haesbaert (2002, p.140), *estimulam a seguir o debate em torno de cruzamentos entre as categorias e/ou conceitos pretensamente "puros" de que dispomos para entender a diversidade espacial da sociedade.*

Além destes aspectos, é importante considerar que a reflexão sobre a própria história do pensamento geográfico, com todas as suas nuances, permitem avaliar e buscar sustentação para a consolidação de seu corpo teórico, sobre o que escreveu Escolar, (1996, p. 12), *a teoria geográfica é o produto atual de toda tradição de pensamento na história da disciplina.*

Referências Bibliográficas:

- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- GOMES, Paulo César da Costa. "Geografia Fin-de-Siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Explorações Geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.
- GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de Região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: EdUFF / Contexto, 2002.
- LENCIONE, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LENCIONE, Sandra. Região e Geografia: A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A. *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- LOBATO, Roberto Corrêa. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos R. *Geografia Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso. *Análise ambiental em unidades de paisagens na Amazônia mato-grossense: a importância do Fator Regional na condução do processo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001. (Tese, Doutorado em Ciências: Geografia Física).